

GOVERNAMENTALIDADE E O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE: DAS RELAÇÕES DE PODER À CONSTITUIÇÃO ÉTICA DO SUJEITO

GOVERNMENTALITY AND THE SEXUALITY DEVICE: FROM POWER RELATIONS TO THE ETHICAL CONSTITUTION OF THE SUBJECT

Pamella Rochelle Rochanne Dias Oliveira²²
Francisco Paulo da Silva²³
Francisco Vieira da Silva²⁴

RESUMO: O presente trabalho retoma o pensamento de Michel Foucault quanto aos conceitos de governamentalidade e de dispositivo da sexualidade; enquanto elemento que é atravessado por exercícios de poder; problematizando como estes incidem sobre os processos de constituição ética do sujeito. Se detém, assim, a investigar o poder enquanto relações de poder. Pensando desde a questão do biopoder e da biopolítica, responsáveis pelo engendramento dos diversos mecanismos de controle e dispositivos de segurança, até a arte do governo de si, que parte de uma perspectiva ética por meio da qual o sujeito se constituiria através de um cuidado de si que se desenvolve por meio de técnicas de si, as quais se dão em grande medida em torno da sexualidade humana. Nessa perspectiva, o dispositivo da sexualidade teria um duplo papel, estabelecendo tanto modos de objetivação como de subjetivação dos indivíduos. O que se dá por meio da produção de saberes, condutas e resistências, as quais constituem os sujeitos, inserindo-os na lógica da governamentalidade.

Palavras-chave: Governamentalidade. Relações de Poder. Dispositivo da Sexualidade. Constituição ética do Sujeito.

²² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestre em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN). Graduada em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Graduação em Letras Língua Portuguesa em andamento (UERN). E-mail: pamella_rochelle@hotmail.com

²³ Pós-Doutorado pela Universidade de Coimbra - UC, no Centro de Estudos Sociais (CES). Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa (2005) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Araraquara Atualmente, é Professor Adjunto do Departamento de Letras Vernáculas, da Faculdade de Letras e Artes, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Letras - PPGL/ Mestrado em Letras, da UERN e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem - PPCL/UERN. E-mail: paulosilva@uern.br

²⁴ Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Professor efetivo de Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Campus de Caraúbas. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO), da associação entre a a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). E-mail: francisco.vieiras@ufersa.edu.br

ABSTRACT: The present work takes up Michel Foucault's thoughts on the notions of governmentality and the sexuality device; as an element that is crossed by power exercises; problematizing how they affect the processes of ethical constitution of the subject. It thus investigates power as power relations. Thinking from the question of biopower and biopolitics, responsible for the engendering of various control mechanisms and security devices, to the art of self-government, which start from an ethical perspective through which the subject would be constituted through selfcare that develops through self-techniques, which are largely about human sexuality. From this perspective, the sexuality device would have a dual role, establishing both objectification and subjectivation modes of individuals, which occur through the production of knowledge, conduct and resistance, which constitute the subjects, inserting them in the logic of governmentality.

Keywords: Governmentality. Power relations. Sexuality device. Ethical constitution of the Subject.

1 INTRODUÇÃO

O intuito principal deste ensaio é discutir o conceito de governamentalidade e sua importância para a análise do poder e a ética da subjetivação. Procuramos perceber, também, como o dispositivo da sexualidade atua no processo de constituição do sujeito e como, por meio da resistência, os indivíduos desenvolvem um governo de si. Refletir acerca destas noções em Foucault é se propor a pensar as relações de saber-poder, suas múltiplas formas de exercício e, como estas incidem sobre a produção dos sujeitos por meio do governo de condutas e modos de ser e agir. A referida perspectiva contribui diretamente para uma discussão acerca dos modos de constituição do sujeito, no que tange a um governo de si.

Se faz importante esclarecer que o poder para Foucault (2010a) não existe enquanto substância ou instrumento palpável, devendo ser pensado, bem mais, como um conjunto de relações de poder que atravessa todas as relações humanas e práticas sociais, sendo onipresente e construído em meio às tramas históricas. Parte-se aqui da compreensão da genealogia do poder de Michel Foucault, vertente que se desenvolve a partir dos anos de 1970, identificando e descrevendo as tecnologias de poder postas em funcionamento desde a emergência do Estado nacional europeu nos séculos XVI e XVII.

Foucault rompe com as antigas maneiras de se pensar o poder, para as quais este estaria centralizado na figura do estado e nas suas formas jurídicas, sendo exercido apenas por alguns que o possuíam sobre os outros que seriam simplesmente dominados. Defende que mais do que a existência de um poder dominante, o que se tem é uma rede de micropoderes que circulam e integram todas as relações sociais (FOUCAULT, 1979a). A partir de tal percepção é que o poder vai deixar de ter um papel apenas negativo, de repressão, para ser visto também como normalizador, disciplinador e produtor de saber, produzindo verdades e modos de subjetivação do sujeito, o que será visto a seguir.

2 GOVERNAMENTALIDADE E RELAÇÕES DE PODER

Pensando o exercício do poder enquanto relação entre os sujeitos, em seu texto *“O sujeito e o poder”*, Foucault (2010b, p. 242) explica que esta não seria uma simples relação, mas, uma forma de ação de alguns sobre outros, na medida em que, o poder só existe em ato, mesmo que se inscreva num campo esparso que se apoia sobre estruturas permanentes. Assim, o que define uma relação de poder é um modo de ação que age sobre sua própria ação e não diretamente sobre os outros, sendo necessário que aquele sobre quem se exerce o poder seja reconhecido como sujeito da ação, fazendo parte desta de maneira livre. Por este motivo, o autor explica que não existe relação de poder, por exemplo, entre um escravo e seu dono e sim uma relação de violência na qual o escravo seria visto apenas como objeto e não como sujeito. O que nos leva à compreensão que embora o exercício do poder possa coagir, induzir e incitar os indivíduos, ele será sempre uma maneira de agir sobre os sujeitos ativos, só podendo ser exercido sobre indivíduos livres, de maneira a se caracterizar enquanto “uma ação sobre ações” (FOUCAULT, 2010b, p. 242).

Compreendendo o termo “conduta” em sua natureza equívoca, como o “ato de ‘conduzir’ os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades” (FOUCAULT, 2010b, p. 244), é que Foucault o considera importante para refletir sobre as relações de poder. Nesse sentido, o exercício do poder consistiria em conduzir condutas e ordenar probabilidade, estando este, no fundo, ligado bem mais à questão do governo que do afrontamento. Seguindo esta linha de raciocínio o autor nos convida a perceber o termo “governo” a partir da significação bastante ampla que possuía no século XVI, em que não se referia apenas às estruturas políticas e a gestão dos estados, mas também, designava a maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos. “Ele não recobria apenas formas instituídas e legítimas de sujeição política ou econômica; mas modos de ação mais ou menos refletidos e calculados, porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos” (FOUCAULT, 2010b, p. 244). Assim, governar seria estruturar o possível campo de ação dos outros.

A primeira vez que Foucault trabalha com o termo governo é no curso *Os Anormais* em 1974, no qual afirma que a era clássica teria criado uma “arte de governar”, no sentido em que passa a desenvolver um governo dos loucos, dos delinquentes, das crianças e dos pobres, procurando conduzir suas práticas e condutas (FOUCAULT, 2001). Para o autor o que interessa mesmo é perceber as continuidades e, principalmente, as descontinuidades dessas artes de governar, que se dão por meio de diferentes técnicas e modalidades de governo. Assim, percorre o campo da governamentalidade, indo do estudo do governo dos outros para o governo de si. Por governo dos outros se dedica a pensar o governo pastoral que tinha como intuito conduzir almas; o governo baseado na razão do estado, que se detém na questão da disciplina e os governos liberais e neoliberais dos séculos XVIII, XIX e XX (OLIVEIRA, 2009, p. 19). Já ao pensar o governo de si, discute o desenvolvimento de técnicas voltadas para um cuidado de si com vistas no autocontrole e moderação, o que pode ser observado em sua obra tardia, *História da Sexualidade*, e em alguns cursos da década de 1980, em que seu foco caminha da perspectiva política para a ética, sem, no entanto, esquecer ou trocar a primeira pela última (OLIVEIRA, 2009).

A noção de governamentalidade, de acordo com Candiotti (2011), permite um deslocamento estratégico no interior da analítica do poder, uma vez que, estabelecerá um vínculo entre as técnicas de si e as tecnologias de dominação. Esse neologismo de Foucault explica o plano de fundo dos seus estudos sobre a racionalização do poder, que vão desde a Grécia antiga até o liberalismo moderno (OLIVEIRA, 2009). O termo é definido a partir de três principais ideias, que são,

o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, bem complexa, de poder, que tem como alvo principal a população, como forma mais importante de saber, a economia política, como instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade”, entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não cessou de conduzir, e há muitíssimo tempo, em direção à preeminência desse tipo de saber que pode chamar de “governo” sobre todos os outros: soberania, disciplina. Isto, por um lado, levou ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo e, por outro, ao desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, acho que se deveria entender o processo, ou melhor, o resultado do processo pelo qual o Estado de Justiça da Idade Média, tornando nos séculos XV e XVI Estado administrativo, encontrou-se, pouco a pouco, “governamentalizado” (FOUCAULT, 2001, p. 303).

Por governamentalidade se entende inicialmente o poder que tem como fim o controle da população, ou seja, um exercício de poder sobre o corpo populacional, que procura discipliná-lo e normatizá-lo, engendrado a lógica do biopoder, em que a população passa a ser cercada por normas e regras que definem suas práticas e condutas, as quais são criadas por uma série de ciências e organizações políticas que constituem o Estado, como os poderes jurídicos e a polícia. Dito de maneira resumida e simplificada, a questão da governamentalidade, “refere-se a regimes específicos de governo, às formas pelas quais governamos e somos governados, bem como à relação entre o governo do Estado, dos outros e de si mesmo” (BAMPI, 2002, p. 128), o que se dá, sobretudo, a partir do século XVIII.

Foucault (2008) acredita que vivemos na era da governamentalidade, que é ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado, sendo a governamentalização deste um fenômeno particularmente tortuoso, “já que são as táticas de governo que, a cada instante, permitem definir o que deve ser do âmbito do Estado e o que não deve, o que é público e o que é privado, o que é estatal e o que é não-estatal” (FOUCAULT, 2008, p. 145). O Estado em sua sobrevivência e em seus limites precisa ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade. Para Foucault, o Estado é por vezes supervalorizado, quando deveria ser visto não como origem do governo, e sim, como constituinte e constituidor de um campo de cálculos e de intervenções (FOUCAULT, 2014).

Assim, em sua genealogia do poder, Foucault (1999) nos apresenta as múltiplas configurações de exercício deste, havendo desde o século XVII, de acordo

com o autor, duas tecnologias de poder que são introduzidas com certa defasagem cronológica nas sociedades ocidentais. A primeira seria, "uma técnica que é, pois, disciplinar: é centrada no corpo, produz efeitos individualizantes, manipula o corpo como foco de forças que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo" (FOUCAULT, 1999, p. 297). E pensando nas relações de poder nas sociedades advindas da modernidade ocidental, a segunda seria uma tecnologia que não mais se centra simplesmente no corpo e sim na vida, de maneira a procurar controlar toda e qualquer série de eventos fortuitos que venham a ocorrer numa massa viva, ou seja, "que procura controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo caso compensar seus efeitos. [...] visa, portanto não ao treinamento individual, mas pelo equilíbrio global, algo como uma homeóstase: a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos" (FOUCAULT, 1999, p. 297). Estando a governamentalidade bem mais ligada a esta última questão e por isso dialogando diretamente com o biopoder, embora não abandone a ideia e a utilização do poder disciplinar, mas pelo contrário, passe a integrar o poder disciplinar e o biopoder com o intuito de uma gestão mais efetiva dos corpos (MAIA, 2011). O que pode ser vislumbrando com maior nitidez no tópico a seguir, em que tais questões são problematizadas.

3 DO BIOPODER À BIOPOLÍTICA - ASPECTOS CONCEITUAIS

Em meio à noção de governamentalidade, o biopoder, compreendido enquanto poder que age sobre a vida, possui lugar intrínseco, nos fazendo perceber como ao longo dos séculos não só os corpos, mas a própria vida dos sujeitos passa a ser objeto das táticas e técnicas de governo. O ponto central do biopoder estaria na introdução do fator biológico nos discursos, transformando algumas das técnicas de poder já apresentadas por Foucault, como a questão da condução do poder pastoral, a ação da disciplina sobre os corpos e a racionalização das estratégias políticas do Estado, que passam a ser relacionadas para a elaboração de um poder global que tem como finalidade o controle da espécie humana (OLIVEIRA, 2009, p. 55). Assim, "as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana" (FOUCAULT, 2008, p. 3).

Esse poder sobre a vida se articula sobre dois principais polos, que são: o corpo-máquina, que consiste no adestramento e extorsão de forças e disciplinas anátomo-políticas do corpo humano; e o corpo-espécie ligado às questões do nascimento, mortalidade, nível de saúde e longevidade, ou seja, a biopolítica (OLIVEIRA, 2009, p. 56). O biopoder pode ser considerado como aquele que investe sobre a vida, designando o corpo enquanto objeto do poder que passa a ser percebido em outra dimensão, como corpo-molar da população. O que pode ser observado na citação abaixo que distingue o poder disciplinar do biopoder.

O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos; a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a

duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população [...] A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida (FOUCAULT, 1979b, p.131).

O que ocorre pode ser classificado como uma espécie de estatização do biológico, na medida em que passa a se consolidar, desde então, um poder que investe sobre a vida, atingindo diretamente os sujeitos. Tal poder leva à constituição de uma biopolítica que terá como principal ocupação os três aspectos citados por Foucault no curso, *Em defesa da vida*, que são: os processos de natalidade e mortalidade; a velhice, as enfermidades, os acidentes; e as relações do homem com o meio (SENELLART, 2008). Assim, “a biopolítica atua sobre a população no campo de acontecimentos aleatórios considerados em sua duração, e, tem por finalidade estabelecer mecanismos globais para atingir um equilíbrio geral” (OLIVEIRA, 2008, p. 57). Sendo de acordo com Ewald (1993), a principal preocupação do poder, no âmbito da biopolítica, produzir forças, fazê-las crescer e ordená-las.

Um exemplo bastante relevante do que vem sendo exposto até aqui é o da sexualidade enquanto dispositivo²⁵, que passa a ser investigada pelo próprio Foucault em sua tríade, *História da Sexualidade*. Este dispositivo se insere nos dois pólos do biopoder, ou seja, na questão da disciplina do corpo e da regulação da população, na medida em que o sexo começa a se tornar o principal alvo de um poder que organiza a gestão da vida (FOUCAULT, 1979b). Em torno dele surge uma série de discursos e cuidados voltados para mantê-lo reservado a domínios específicos, como o da medicina e da família, com o intuito de controlar as condutas e evitar o aparecimento de indivíduos inadequados à norma. Assim, a partir do século XVIII torna-se visível quatro principais conjuntos estratégicos de saber e poder sobre o sexo, os quais pareciam manter eficácia no controle do corpo social, que eram: a histerização do corpo da mulher; pedagogização do sexo das crianças; socialização das condutas de procriação; e psiquiatrização do prazer perverso (FOUCAULT, 1979b, p. 99-100).

Nessa perspectiva, a norma ganha papel relevante, circulando entre a disciplina e a regulação, o que instaura uma sociedade da normalização, que não deve ser entendida como uma sociedade disciplinar generalizada, mas uma sociedade em que se cruzam, “conforme uma articulação ortogonal, a norma da

²⁵ Parte-se aqui do uso do termo dispositivo enquanto função estratégica dominante, como especificado por Foucault (1998), que o define como: “[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. [Um] discurso que pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. [O dispositivo pode ser entendido também] como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência histórica” (FOUCAULT, 1998, p. 244). Ver mais na obra.

disciplina e a norma da regulamentação” (FOUCAULT, 1979b, p. 302). De acordo com Ewald (1993) é no século XIX que irá ocorrer uma singular alteração nas relações entre a regra e a norma, em que estas não serão mais sinônimos, passando o termo norma a designar ao mesmo tempo um certo tipo de regra, uma maneira de produzi-las e um princípio de valorização, de maneira que “a norma toma agora o seu valor de jogo das oposições entre o normal e o anormal ou entre o normal e o patológico” (EWALD, 1993, p. 79).

Nas últimas obras de Foucault torna-se perceptível uma passagem das questões sobre o governo dos outros para àquelas relativas a um governo de si. O que traz para o cerne de suas discussões a questão da ética como constituinte dos sujeitos, sendo esta, considerada por alguns, a modificação mais radical dentro da genealogia do poder. Assim, a questão do governo em Foucault possui tanto um aspecto político como ético, referindo-se “tanto à conjunção de saberes para o governo dos outros, como também para o governo de si mesmo” (OLIVEIRA, 2009, p. 25), como será esboçado no tópico a seguir.

4 GOVERNO DE SI - A CONSTITUIÇÃO ÉTICA DO SUJEITO PELO DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE

Na obra tardia de Michel Foucault, que vai do final dos anos de 1970 ao início dos anos de 1980, o poder passa a ser problematizado com ênfase na questão do governo de si e dos outros, sendo este a partir de então o cerne de investigação do autor, o que pode ser observado desde seu texto, *Governamentalidade*, ministrado como aula no Collège de France. Assim, a principal problemática do autor passa a ser como os homens se governam, “por quem, até que ponto, com qual objetivo, com que método, etc.” (FOUCAULT, 2014, p. 278). De maneira que essa terceira fase do pensamento foucaultiano teria como principal objetivo analisar as relações do sujeito consigo mesmo, e, portanto, o âmbito da ética.

A ética em Foucault (1985b) é vinculada a um conhecimento de si que tem um papel relevante para a constituição do sujeito, passando assim, por aquilo que o autor denomina de cuidado de si e práticas de si, questões retomadas por ele da antiguidade greco-romana. É importante frisar que Foucault procura trabalhar com a questão da ética para além de um campo moral, na medida em que por moral se entenderia um “conjunto de valores e de regras de ação que são propostas aos indivíduos e aos grupos por meio de diferentes aparelhos prescritivos: essa moral engendra uma ‘moralidade de comportamentos’” (REVEL, 2005, p. 45), enquanto que a ética seria a maneira pela qual o sujeito se constitui diante de um determinado código moral.

Para pensar tal questão Foucault (1985b) recorre aos gregos e romanos retomando o termo “cuidado de si”, que sugere o voltar do sujeito para si mesmo com o intuito maior de um aprimoramento existencial, o que se configura como uma prática importante para a constituição do sujeito e de sua subjetividade. Esse termo é uma tradução da noção grega de *epiméleia heautoú*, que designa a necessidade de ocupar-se consigo mesmo para refletir sobre suas ações. Nessa perspectiva, “o cuidado de si é uma espécie de agulhão que deve ser implantado na carne dos homens, cravado na sua existência, e constitui um princípio de agitação, um princípio

de movimento, um princípio de permanente inquietude no curso da existência” (FOUCAULT, 2006, p. 11). Esse cuidado de si acaba por levar ao desenvolvimento de “técnicas de si”, por meio das quais o sujeito vai se inserir num processo de constituição de si, em que passa a efetuar operações e reflexões sobre seu corpo, suas condutas, seus pensamentos e tudo mais que o engloba.

Pode-se caracterizar brevemente essa “cultura de si” pelo fato de que a arte da existência – a *techne* tou biou sob as suas diferentes formas – se encontra dominada pelo princípio do cuidado de si que fundamenta a sua necessidade, comanda o seu desenvolvimento e organiza a sua prática. Mas é necessário precisar; a ideia segundo qual deve-se aplicar-se a si próprio, ocupar-se consigo mesmo (*heautou epimeleisthai*), é, de fato, um tema bem antigo na cultura grega. Ele apareceu bem cedo como um imperativo amplamente difundido (FOUCAULT, 1985b, p. 49).

Essa “cultura de si” traduz basicamente a necessidade de o indivíduo ocupar-se consigo mesmo, tendo cuidados com seu corpo e sua alma, para assim construir-se enquanto sujeito ético, de forma a estetizar sua existência por meio de um relacionamento intenso consigo próprio. Ao tratar do cuidado de si, Foucault (1985b) nos convida a perceber como os processos de subjetivação passam por um trabalho de si sobre si mesmo. Trabalho este em que os sujeitos se percebem enquanto agentes de suas subjetividades. Ora entrando na lógica dos discursos dominantes e da sociedade normatizada, através dos diversos mecanismos e dispositivos do biopoder, ou, resistindo a estes por meio da elaboração de técnicas de si e contracondutas. O que ocorre sempre por meio e em meio a relações de poder e modos de governo.

Ao se deter sobre como os indivíduos tornam-se sujeitos, Foucault procura situá-los no domínio das condições históricas de sua produção, apontando os três principais modos de subjetivação pelos quais isso vem ocorrendo nas sociedades ocidentais. O primeiro seria o modo de investigação, responsável por objetivar o discurso e as ações do sujeito, tentando dessa forma atingir *status* de ciência; o segundo diz respeito às “práticas divisoras” que objetivariam o sujeito a partir do seu lugar social e de suas relações com os outros; e por fim, o terceiro seria o do domínio da sexualidade, em que “os homens aprenderam a se reconhecer como sujeitos de sua sexualidade” (FOUCAULT, 2010b, p. 231/232).

Para Foucault (2010b), o termo sujeito deve ser compreendido de duas principais maneiras. A primeira como sujeito a alguém pelo controle e dependência, e a segunda, preso à sua própria identidade por uma consciência ou autocontrole. Estando ambas as perspectivas sugerindo uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a algo ou alguém. Sobre isso, o filósofo explica: “pareceu-me que, enquanto o sujeito humano é colocado em relações de produção e de significação, é igualmente colocado em relações de poder muito complexas” (FOUCAULT, 2010b, p. 232).

Na tríade *História da sexualidade*, Foucault parte do princípio de que a construção de si se dá antes de tudo pelo domínio da sexualidade. Para compreender tal afirmativa é preciso saber que a partir do século XVII o campo da sexualidade humana parece começar a ser alvo de uma repressão social, na qual sobre o sexo se

deveria apenas calar. No entanto, simultaneamente, surge um grande ruído em torno do silêncio sobre o sexo, de forma que a interdição ao invés de tirá-lo das discussões acaba por colocá-lo num lugar próprio, onde os discursos em torno do mesmo se multiplicam, ganhando, seja por meio da ciência ou da religião, *status* de verdade. Assim, no lugar da hipótese repressiva, amplamente discutida, simplesmente reprimir a sexualidade e silenciar em torno do assunto, acaba por criar verdades que irão incidir diretamente na forma como os sujeitos se veem e se percebem diante da própria sexualidade.

[...] não pretendo afirmar que o sexo não tenha sido proibido, bloqueado, mascarado ou desconhecido desde a época clássica; nem mesmo afirmo que a partir daí ele o tenha sido menos do que antes. Não digo que a interdição do sexo é uma ilusão; e sim que a ilusão está em fazer dessa interdição o elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo a partir da idade moderna (FOUCAULT, 1988, p 17).

Ao mesmo tempo em que passa a existir uma repressão em torno do sexo, nasce a *scientia sexualis*²⁶ no ocidente e a *ars erotica*²⁷ no oriente, ou seja, toda uma produção de discursos sobre o sexo e a sexualidade humana com o objetivo maior de manter controle sobre os sujeitos e seus corpos, mas, que paradoxalmente acaba por levar o sexo a ser mais discutido do que nunca. Assim, o sexo nas sociedades cristãs se torna algo passível de vigilância, que era preciso examinar e confessar, uma vez que só se podia falar sobre ele para proibi-lo. Ao mesmo tempo, a sexualidade ganha como território o âmbito da linguagem, ainda que de maneira clandestina por meio de textos e relatos considerados obscenos e pornográficos, sendo esta não apenas uma forma de resistência dos sujeitos, mas uma guinada subjetiva, na medida em que muitos escreviam em primeira pessoa, como verdadeiras confissões (FOUCAULT, 1988). A partir de então os indivíduos passam a se perceber como sujeitos portadores de uma sexualidade que lhes é inerente antes mesmo do seu nascimento, e, que desde já lhes inscreve em meio a práticas discursivas estabelecidas.

Ao analisar as formas pelas quais os indivíduos se reconhecem como sujeitos de uma sexualidade que se articula num sistema de regras e coerções e que por meio desse sistema acabam por se deparar com uma experiência de si, é que Foucault (1985a) sintetiza na sua obra “O uso dos prazeres”, um campo de escolhas morais e modos de subjetivação dados por modos de sujeição a substâncias éticas e históricas, nas quais podemos perceber a questão da experiência de si para consigo mesmo, ou dito de outra maneira, a forma como os sujeitos tornam-se quem são (LARROSA, 1994).

Meu propósito não era o de reconstruir uma história das condutas e das práticas sexuais de acordo com suas formas sucessivas. Também não era minha intenção analisar as ideias (científicas,

²⁶ Traduzido significa, “ciência sexual”, que remete ao surgimento de saberes e discursos científicos em torno da sexualidade, normalizando e patologizando certas práticas. Ver mais em Foucault (1979b).

²⁷ Seria segundo Foucault (1979b, p. 57) a verdade extraída pelo próprio prazer, que se dá bem mais nas sociedades orientais, em que o foco é o prazer.

religiosas ou filosóficas) através das quais foram representados esses comportamentos (...). Tratava-se de ver de que maneira, nas sociedades ocidentais modernas, constituiu-se uma "experiência" tal, que os indivíduos são levados a reconhecer-se como sujeitos de uma "sexualidade" (...). O projeto era, portanto, o de uma história da sexualidade enquanto experiência - se entendermos por experiência a correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade (FOUCAULT, 1985a, p. 9-10).

Buscando compreender a maneira pela qual os sujeitos tornam-se quem são, é que Foucault (1985a; 1985b) opta por se deter nas experiências que levam os indivíduos a se reconhecerem enquanto sujeitos portadores de uma sexualidade, experiências essas que se fazem presentes em todos os âmbitos de suas vidas. Enfatiza, assim, no volume três da *História da sexualidade*, o surgimento de uma cultura de si apregoada pelos gregos nos séculos I e II de nossa era que toma forma a partir de uma austeridade sexual e reflexão ética das condutas, não como uma maneira de interdição dos atos, mas como uma instância sobre a qual deve-se ter atenção para consigo mesmo, respeitando-se em seus limites.

Ao contextualizar o surgimento do cuidado de si e das práticas de si, Foucault (1985b) não pretende simplesmente compreendê-los como alicerces da moral cristã prevalecida até então nas sociedades ocidentais, nem das instâncias a partir das quais se fundamentam as instituições que passam a comandar a vida e os corpos dos indivíduos a partir do século XVII. Pelo contrário, se detém a analisar como em épocas distintas a sexualidade foi cerne de cuidados e reflexões que incidem diretamente sobre a vida, a ética e a constituição dos sujeitos. O que nos leva a perceber que a forma como nos constituímos enquanto sujeitos, passa a ser cada vez mais complexa, na medida em que vão ocorrendo mudanças no jogo político que nos influenciam diretamente. O que talvez tenha começado a se dar a partir do fim das cidades-estados e do surgimento de leis que passaram a interferir no âmbito da vida privada, como, por exemplo, a constituição do casamento enquanto contrato legal, além de todas as demais leis modernas que cerceiam os indivíduos e suas sexualidades. De forma que a constituição do sujeito por meio da sexualidade passa a estar imbricada num jogo político emaranhado por relações de poder, sendo a sexualidade considerada por Foucault (1988) como um dispositivo histórico.

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 1988, p. 100).

A sexualidade assim pensada se constitui como matriz de uma rede de códigos de controles que ao mesmo tempo em que tais códigos a cerceiam, também motivam a curiosidade e reprodução de discursos em torno desta, discursos que tanto seguem as normas, quanto destoam delas.

Acreditamos, assim, que o mais importante é perceber que a sexualidade desde sempre passou por cuidados e instâncias que a regulam, seja pelas práticas voltadas para o cuidado de si, ou por uma moral catequética cristã, ou mesmo, por instituições que outorgam verdades. De forma que não se pode negar que a sexualidade humana sempre foi uma das principais influências sobre a maneira como os indivíduos se percebem enquanto sujeitos e passam a modelar sua própria subjetividade. Governando-se ou deixando-se governar por instâncias reguladoras (medicina, Estado, igreja, mídia, entre outras).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente aos apontamentos aqui delineados, pode-se chegar ao entendimento de que os sujeitos se constituem inseridos numa teia de relações de poder e modos de governo, que mais do que simplesmente normatizar e disciplinar produzem saberes e modos de ser e agir

Se fez necessário, nesse sentido, problematizar a noção de governamentalidade, que se forma a partir de diferentes exercícios do poder, levando em conta o governo de si e dos outros, para, assim, visualizarmos como os sujeitos e suas subjetividades vêm sendo produzidas ao longo do tempo nas sociedades ocidentais.

Como visto, esses processos de governo de si e dos outros se dão, em grande medida, através do dispositivo da sexualidade, responsável por levar os indivíduos a se perceberem como sujeitos éticos que devem manter certos cuidados consigo mesmos. Os quais, por sua vez, acabam por constituir técnicas e práticas de si que os guiam ao ato de governar-se. Estando, portanto, tais questões intrinsecamente ligadas. O que reverbera de inúmeras maneiras em todo o corpo social.

REFERÊNCIAS

BAMPI, Lisete. Governo, Subjetivação e Resistência em Foucault. *Revista: Educação e Realidade*, 27 (1): 127-150, jan./jun., 2002.

CANDIOTTO, Cesar. Cuidado da vida e cuidado de si: sobre a individualização biopolítica contemporânea. *In: Dissertatio*, n. 34, 2011.

EWALD, François. *Foucault, a norma e o direito*. Lisboa: Veja, 1993.

FOUCAULT, Michel. *A governamentalidade*. *In: Ditos e escritos*, v. IV – Estratégia, poder-saber. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p. 281-305.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da Sociedade* – curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. *O governo de si e dos outros: curso no Cullege de France (1982-1983)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a.

FOUCAULT, M. *O sujeito e o poder*. In: DREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul. Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. 2ed., rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b, p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito*. Tradução Márcio Alves da Fonseca. Salma Tannus Muchail. – 2. ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais: curso no Collège de France*. Tradução: Eduardo Brandão. - São Paulo: Martins Fonseca, 2001.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p. 243 - 276.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: O uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985a.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque, revisão técnica de José Augusto Albuquerque. Edições Graal: Rio de Janeiro, 1985b.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto. Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979a.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1979b.

LAROSSA, Jorge. *Tecnologias do eu e educação*. In: Silva, Tomaz Tadeu. O sujeito da educação. Petrópolis: Vozes, 1994, p.35-86.

MAIA, Antônio. Do biopoder à govenamentalidade: sobre a trajetória da genealogia do poder. *Currículo sem Fronteiras*, v.11, n.1, 2011.

OLIVEIRA, Sônia Regina Martins. *Governamentalidade e constituição do sujeito em Foucault*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Filosofia) Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2009.

POTOCARRERO, Vera. Governo de si, cuidado de si. In: *Currículo sem Fronteiras*, v.11, n.1, 2011. p. 72 – 85.

REVEL, Juditn. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.

SEHELLART, Michel. Situação dos cursos. *In: FOUCAULT, Michel. Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.